

O POLICIAL MILITAR E A VIOLÊNCIA: de agente a vítima

Marcelo Augusto Resende

Tenente Psicólogo da PMMG

Belinda Inês Sabino Cavazza

Tenente Psicóloga da PMMG

No Brasil, os meios de comunicação constantemente divulgam manchetes envolvendo policiais militares com crimes violentos, imorais e hediondos:

“policiais seqüestram e matam menino de 8 anos”,

“roubo de jóias em agência bancária”,

“quadrilha de 30 policiais é responsável por assaltos a bancos e assassinatos”,

“polícia bandida”,

“sargento da PM estupra, mata a tiros e queima o corpo de estudante”,

“capitão é acusado de comandar um desmanche de caminhões”,

“denunciaram a PM e foram mortos”,

“quadrilhas uniformizadas”,

“eletricista é torturado por policiais”.

A filmagem de um cinegrafista amador em 1996, em Diadema, São Paulo, revela um episódio estarrecedor, quando, numa batida policial, uma equipe de agentes agride os moradores sem justificativas e culmina por matar uma pessoa pelas costas.

O Instituto Vox Populi, em pesquisa feita à revista Veja (agosto/99), sobre a opinião da população em relação à polícia, teve como resultado que 64% dos entrevistados relatam que as primeiras palavras que vêm à cabeça quando pensam em polícia se referem a sensações negativas como medo.

A sociedade fica amedrontada e desconfiada frente aos agentes de segurança, não sabendo se recorrem ou não a eles nos momentos de necessidade. No entanto, é preciso salientar que a grande maioria de policiais é constituída de gente honesta, responsável e cumpridora de seus deveres, com determinação e moderação. Os abusos são cometidos por uma pequena parcela de policiais e devem ser devidamente analisados para posterior tomada de decisões pertinentes: punição, exclusão, tratamento e/ou prevenção.

As ouvidorias de polícia foram implantadas em alguns estados para receberem e apurarem denúncias, reclamações, críticas ou elogios às atividades policiais, civis e militares, de qualquer pessoa,

inclusive de integrantes dessas mesmas organizações. Segundo a revista *Veja* (agosto/99), no seu artigo “Polícia Bandida”, o número de denúncias por mês é alarmante, já tendo chegado ao montante de 3.000. Na Ouvidoria de Minas Gerais, com sede em Belo Horizonte, a realidade quanto ao número de denúncias é significativamente menor em relação ao divulgado. De setembro de 1998 a julho de 1999, em quase um ano de funcionamento, foram recebidas 551 denúncias, sendo 370 contra a Polícia Militar (efetivo de 41 mil integrantes) e 181 contra a Polícia Civil (efetivo de 9 mil integrantes). O próprio ouvidor, o advogado José Roberto Rezende, declara que:

A Polícia tem o interesse de demonstrar lisura, transparência e, sobretudo, o de firmar a convicção externa de que o fenômeno não é generalizado e nem tão gigantesco como se deixa transparecer nos noticiários, pródigos na exploração de notícias que “vendem”, como o são as matérias sobre violência, corrupção e escândalos em setores públicos.

Harvey Goldstein, diretor dos serviços de psicologia junto ao Departamento de Polícia de Prince George, Maryland/USA, relata que: “é importante tentar levar os profissionais da comunicação a compreenderem o que é ser policial. Quando cobrem um tiroteio, fazem com que pareça que o policial se divertiu. Jamais encontrei um que tivesse gostado de matar alguém, não importam as circunstâncias.”

Nosso objetivo neste trabalho é fazer uma reflexão sobre a violência e o policial militar, pontuando que a imagem do policial violento, frequentemente veiculada pela mídia e generalizada pela população, nem sempre corresponde à realidade. Além disto, muitas vezes, é o próprio policial a vítima, em função de sua própria especificidade profissional.

Ser policial-militar é estar sujeito a uma série de variáveis que comprometem e prejudicam sua integridade física, moral e emocional. Na sua prática, pode enfrentar situações de violência extrema a si e aos companheiros, inclusive correndo risco de vida. Tem de estar sempre alerta e em prontidão, pois a imprevisibilidade é característica deste serviço, podendo ser chamado a atuar em qualquer hora do dia ou da noite. Além disto, é constantemente cobrado pelos superiores, subordinados e população em geral; tem de seguir os preceitos ditados pela instituição através de uma disciplina rigorosa; sua conduta deve ser sempre ilibada (inclusive fora do expediente) e deve manter controle adequado sobre as situações, sabendo que sua atuação pode ser mais ostensiva, repressiva ou preventiva, dependendo do caso.

Por ser um agente de segurança, responsável pela ordem pública, frequentemente tem que tomar atitudes coercitivas que desagradam aos contraventores, que passam a vê-lo como estraga-prazeres, discriminando-o. O uso da farda e do armamento identifica o policial, que se torna um alvo visado e sujeito à troca de tiros. Em rebeliões, quando não eliminados, são tomados como reféns e viram escudos humanos de bandidos. Durante as greves, colocam-se frente à multidão enfurecida, sendo submetidos a diversos tipos de agressão: socos, pontapés, pedradas, tiros, pauladas e ofensas entre outros. No cumprimento do dever, pode ser marcado e ameaçado de vingança. Em Minas, um militar responsável pela prisão de um marginal teve a esposa brutalmente violentada em casa, quando o preso fugiu da penitenciária.

Em algumas regiões do país, a situação financeira precária de boa parte dos militares impõe condições de vida desfavoráveis. Na escolha da moradia, por exemplo, acabam tendo que dividir espaço com vizinhos marginais, estando sob ameaça constante destes. Endividados, alguns ficam tentados a receber propinas ou favores, quando não mergulham na criminalidade.

O curso de formação do militar é um aprendizado que exige muita dedicação, perseverança e mudanças de atitude. Novas regras, condutas e valores serão assimilados. O candidato, após exaustivos e minuciosos exames de seleção, ingressa numa instituição onde a cultura organizacional é bem diferente daquilo que até então fora vivenciado. Chega à Unidade trazendo uma série de ideais quanto à nova profissão. Aos 18-19 anos de idade, esses jovens querem ser reconhecidos como fortes, viris, detentores do poder e

da lei. Muitos querem ajudar a população, combater o crime e promover a segurança. Outros querem se tornar invencíveis. Algumas instituições mais militarizadas incutem nos alunos a imagem do super-homem, capaz de fazer e acontecer sem se abalar. Podemos citar como exemplo um jargão conhecido: “O policial é superior ao tempo e deve estar sempre em condições de”. No entanto, ao mesmo tempo em que tudo pode, há o reverso no nada pode: “Manda quem pode, obedece quem tem juízo”, “O superior nunca erra, ele sempre tem razão”, “Você calado já está errado” e “Nunca dê uma idéia, a vítima pode ser você”.

Christophe Dejours (1987), em seu livro *A Loucura do Trabalho*, descreve que:

...a organização do trabalho exerce sobre o homem uma ação específica, cujo impacto é o aparelho psíquico. Em certas condições, emerge um sofrimento que pode ser atribuído ao choque entre uma história individual, portadora de projetos, de esperanças e de desejos, e uma organização do trabalho que os ignora.

A conduta do policial é regida pelo Regulamento Policial Militar (RDPM) que com seus direitos e deveres estabelece os parâmetros a serem seguidos por todos os militares. No entanto, quando o relacionamento entre superiores e subordinados foge ao prescrito e é marcado pela desconsideração e abuso de autoridade, deturpa os ditames da hierarquia e disciplina, criando arestas e conflitos que impedem uma maior reciprocidade entre os militares, além de castas e facções dentro da própria instituição. Alguns relatos sugerem a falta de apoio e as dificuldades que enfrentam no dia-a-dia: “frustração de fazer o serviço 100% e virar um João Ninguém”, “um telefonema me tirou de lá, nem fizeram sindicância”, “a própria PM não deu apoio”, “explica mas não justifica”. Uma vez que o policial é maltratado, subjugado e violentado em seus princípios, pode repetir o modelo vivenciado na prestação de seus serviços.

O relacionamento entre policiais de mesma graduação ou patente também pode ser comprometido pela constante disputa e competição interna frente às promoções e vantagens auferidas (local de trabalho, função, escala de serviço, etc.), alimentando sentimentos de inveja, vingança, discriminação e perseguição.

Ao ingressar nesse meio, a pessoa que antes era conhecida pelo nome familiar, agora é chamada e identificada por um nome de guerra e um número de polícia. São os rituais de entrada tão comuns nesse tipo de instituição, onde a pessoa torna-se membro de um grupo, passa a viver em sua função, distanciando-se de sua individualidade e ficando entorpecido pelos comandos de seus superiores e pela cultura militar. Em casos extremos, o ser pensante transforma-se em agente executor, onde cabe à chefia o poder de decisão. Emocionalmente torna-se submisso e frio, apegando-se aos companheiros de farda e distanciando-se de seus contatos familiares, afetivos e sociais. Muitos desses casos afloram na época de reforma ou exclusão, quando o militar de tão identificado (colado) à instituição, não é capaz de ser outra coisa na vida, além de policial.

Outro fator que pode comprometer o trabalho policial em diversas PM do país é a precariedade de seu apoio logístico, pela degradação do patrimônio e a carência de recursos financeiros. Diante das ocorrências, o policial sente-se impotente e abandonado, devido aos meios inadequados para debelar a criminalidade: viatura quebrada, falta de pessoal treinado, armamento ultrapassado, meios de comunicação falhos etc.

A profissão de policial, em função de suas peculiaridades, é considerada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) a segunda profissão mais estressante, só perdendo para a de mineiro.

O sociólogo Émile Durkheim, no seu estudo sobre grupos militares, descreve como características desta organização: o espírito de corpo, a vigilância constante e a acentuada exigência de submissão e passividade, que dificultam a expressão da individualidade, promovendo a impessoalidade e a tendência a atos de auto-agressão.

A frustração, a desilusão e as contrariedades sofridas neste meio podem minar as resistências e os ideais do sujeito, comprometendo sua auto-estima e provocando descontrole emocional, elevados níveis de estresse e sofrimento mental. Nesta situação, o militar está propenso a desvios de conduta (homicídios, roubos, insubordinação), somatizações, nervosismo, alcoolismo, depressão e suicídio.

A incidência de suicídio em instituições militares é significativamente mais elevada em relação à população geral. Segundo a revista *Veja* (agosto/99), a taxa de suicídio entre os PMs do Brasil é sete vezes maior do que entre os não policiais, e acrescenta: “policiais fazem parte de uma população muito especial, mais sujeita à violência do que qualquer grupo social”, diz o pesquisador Túlio Kahn, responsável pelos estudos sobre criminalidade feitos pela ONU na América Latina. O informativo *A Voz do Praça* (set/99) relata que, no entendimento do Banco do Brasil, é vetado ao policial-militar fazer um seguro de vida por pertencer a um grupo de alto risco, em função da atividade ser considerada de alta periculosidade.

Freud, em *Luto e Melancolia*, faz uma relação entre o suicídio e o retorno da agressividade originariamente dirigida a um objeto exterior:

É exclusivamente este sadismo que soluciona o enigma da tendência ao suicídio... A análise da melancolia mostra agora que o ego só pode se matar se, devido ao retorno da catexia objetual, puder tratar a si mesmo como objeto - se for capaz de dirigir a si mesmo a hostilidade relacionada a um objeto, e que representa a reação original do ego para com objetos do mundo externo.

Outro enfoque do suicídio pode ser dado com as contribuições lacanianas. O militar destituído do seu lugar de sujeito, desalojado de seu próprio desejo, impedido de expressar sua própria subjetividade identifica-se ao objeto (resto) e numa tentativa desesperada de interditar a demanda do Outro que o aliena, se mata. O ato suicida aparece como um NÃO, proferido ao Outro.

Diante da violência sofrida pelo policial militar, tão comum na maioria dos estados brasileiros, o que poderia ser feito para evitar ou minimizar os danos causados a esses profissionais?

Em Minas Gerais, a Polícia Militar, através do seu comando, sensibilizada com essas questões, vem tentando nos últimos anos acabar com algumas heranças negativas adquiridas da era militar, quando a polícia assumia postura de exército. Hoje é possível vislumbrar uma polícia menos militarizada, mais voltada aos interesses da comunidade e com práticas mais preventivas e sociais. A filosofia da Polícia Comunitária e dos Direitos Humanos é uma realidade cada vez mais presente. O policial, assim como o cidadão, tem sido mais respeitado em seus sentimentos, desejos e direitos. A imagem de violento paulatinamente vai cedendo lugar à imagem de um ser humanizado e integrante da sociedade.

Criou-se também, em 1987, o quadro de oficiais psicólogos. Hoje são 51 profissionais presentes em diversas áreas de atuação: recursos humanos, clínica, pericial, hospitalar e psicopedagógica, locados na capital e interior do estado. Vários trabalhos têm sido executados no intuito de preservar a identidade pessoal, melhorar as relações interpessoais, abaixar o nível de estresse e manter o equilíbrio emocional dos militares.

O processo seletivo, as avaliações psicológicas e as perícias psicopatológicas são realizadas objetivando entre outras, cercar, controlar e adequar o sujeito em relação ao seu campo de atuação, além de preservar a sua pessoa, a instituição e a população. A seleção, levando em consideração o perfil profissiográfico, visa incluir candidatos mais capacitados e estruturados emocionalmente para a função a ser exercida. Os militares da ativa submetidos a uma avaliação ou perícia e dispensados do serviço operacional por motivos físicos e/ou psicológicos têm sido alvo de preocupação dos profissionais de Saúde Mental. Na tentativa de que seja aproveitada e preservada sua capacidade laborativa residual, alguns trabalhos pilotos têm sido realizados, como por exemplo, a reciclagem de papel e o centro cultural no 16º BPM.

Nos centros de formação e treinamento da PMMG, a preocupação tem se voltado a um ensino que, ao mesmo tempo em que prepara o militar para as atividades operacionais mais ostensivas, também leva em consideração as atividades comunitárias, os direitos humanos e as relações interpessoais. Os psicólogos presentes acompanham toda a formação e propiciam momentos de reflexão, dinâmica e formação básica voltada à área psicológica.

O atendimento e o acompanhamento clínico são realizados em várias vertentes, seja na Seção de Assistência à Saúde (SAS) das Unidades, seja na Clínica de Psicologia e Psiquiatria (CLIPPS) e Hospital Militar da Polícia Militar (HPM).

Os psicólogos locados nos batalhões exercem um trabalho peculiar que vai desde uma “escuta” para decodificar a demanda, até o atendimento a militares e dependentes, assessoramento ao comando, palestras e dinâmicas com a tropa, resgatando o equilíbrio, a dignidade, a tranquilidade e a autoconfiança.

Comissões interdisciplinares têm sido criadas com a participação da Psicologia para estudos, planejamento e execução de programas destinados a várias demandas da instituição como alcoolismo, aids, suicídio, preparação para inatividade, etc. Além disso, os psicólogos se encontram mensalmente para discussões e estudos pertinentes ao seu trabalho e realizam anualmente uma Jornada Científica de Psicologia para atualização, aprimoramento e maior interlocução com outras instituições e especialistas da área de saúde mental e recursos humanos. Muitas dessas produções são divulgadas através da Revista de Psicologia Saúde Mental e Segurança Pública, editada pela PMMG.

Diante de tarefas tão árduas, de perplexidades e impasses que esta nova prática impõe, os psicólogos são levados a todo tempo a questionamentos e indagações, que os remetem numa constante busca de soluções ou possibilidades.

Quanto à violência, não basta pensar que ela possa ser analisada somente por um prisma. Não se deve ser ingênuo ou prepotente na busca de soluções. É preciso ter uma visão ética, já que ela é uma confluência de variáveis múltiplas e intervenientes. Nada impede porém, que cada um possa exercer o seu papel naquilo que lhe cabe.

REFERÊNCIAS

- DEJOURS, Cristophe. **A loucura do trabalho**: estudo da psicopatologia do trabalho. São Paulo: Cortez, 1987.
- DURKHEIM, Émile. **O suicídio**. Estudo sociológico. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- FREUD, Sigmund. **Cinco lições de Psicanálise**. ESB, 11. Rio de Janeiro: Imago, 1979.
- _____. **A história do movimento psicanalítico**. ESB, 14. Rio de Janeiro: Imago, 1979.
- JORNAL A VOZ DO PRAÇA. Ser policial é exercer atividade perigosa? Informativo da Associação dos Praças Policiais e Bombeiros Militares de MG. Belo Horizonte, set/99.
- MEREDITH, Nikki. **Atacando as raízes da violência policial**. A instituição policial. Revista OABRJ, Rio de Janeiro, n. 22, julho, 1985.
- OUVIDORIA DA POLÍCIA DO ESTADO DE MINAS GERAIS. Relatório de Prestação de Contas das Atividades, período de 08/09/98 a 31/07/99. Belo Horizonte, 1999.
- RESENDE, Marcelo Augusto. **Me mato, te mato**. In: JORNADA DE PSICOLOGIA DA PMMG, I, 1996, Belo Horizonte.
- REVISTA **ISTO É**. Alvos da sua própria arma. 1311. P. 56-57. 16 de novembro de 1994.
- REVISTA **VEJA**. Mentres que sofrem. São Paulo, n. 26, p. 7-10, jun., 1995.
- REVISTA **VEJA**. Os crimes da polícia. São Paulo, n. 31, p. 85-99, ago., 1999.
- REVISTA DE PSICOLOGIA, Saúde Mental e Segurança Pública (PMMG)*. Belo Horizonte, n. 1, dez, 1997.
- SOUZA, Elaine, CHAGAS FILHO, Hélio, PATROCÍNIO, Maria Carmen. **Influências das condições sócio-econômicas nos atos agressivos praticados por cabos e soldados na capital**. Belo Horizonte: Academia de Polícia Militar, 1996.